

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA MOLDOVA SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS DE CURTA DURAÇÃO PARA PORTADORES DE PASSAPORTES COMUNS

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Moldova,
a seguir designadas as “Partes Contratantes”,

desejando salvaguardar o princípio da reciprocidade e facilitar os deslocamentos dos nacionais dos Estados das duas Partes Contratantes, concedendo-lhes isenção de visto para entrada e estada de curta duração;

A fim de aprofundar as relações de amizade e de continuar a reforçar os laços estreitos entre as Partes Contratantes;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Os cidadãos de cada Estado das Partes Contratantes, portadores de um passaporte comum válido, estão autorizados a entrar, transitar e permanecer sem visto no território da outra Parte Contratante, para efeitos de turismo, trânsito ou negócios.

Artigo 2º

Para efeitos do presente Acordo, entenda-se por:

1. Turismo significa viagem de visita ou lazer sem objetivo de imigração nem prática de atividades remuneradas;
2. Trânsito significa necessidade do cidadão de uma das Partes Contratantes transitar pelo território de outra Parte Contratante quando viajar para outra destinação;
3. Negócio significa visita do cidadão de uma Parte Contratante, que não está empregado nem recebe nenhuma remuneração no território do Estado de outra Parte Contratante, para prospecção de oportunidades comerciais, participação em reuniões, assinatura de contratos e atividades financeiras, de gestão e administrativas.

Artigo 3º

Os cidadãos mencionados no Art. 1º deste Acordo podem permanecer no território da outra Parte Contratante, sem visto, por período não superior a 90 (noventa) dias, durante 6 (seis) meses contados a partir da data de primeira entrada no território do país.

Artigo 4º

Os cidadãos das duas Partes Contratantes devem obter o visto apropriado, de acordo com a legislação do Estado da outra Parte Contratante, caso desejem permanecer no território do Estado de outra Parte Contratante por mais de 90 (noventa) dias ou praticar atividades remuneradas, ou ser contratados, participar de pesquisas, treinamentos, estudos e trabalho social, como também prestar assistência técnica, praticar atividades missionárias, religiosas ou artísticas ou qualquer outra diferente das mencionadas explicitamente no Art. 2º deste Acordo.

Artigo 5º

Os cidadãos mencionados no Art. 1º do presente Acordo podem entrar, transitar e sair do território do Estado da outra Parte Contratante por todos os postos de controle na fronteira abertos para tráfico internacional de passageiros.

Artigo 6º

A isenção de visto prevista pelo presente Acordo não isenta os cidadãos das duas Partes Contratantes de cumprir as legislações e atender aos regulamentos em vigor no território do Estado da outra Parte Contratante durante sua permanência.

Artigo 7º

O presente Acordo não restringe o direito de cada uma das Partes Contratantes de negar entrada ou reduzir a permanência de cidadãos da outra parte Contratante, considerados indesejáveis.

Artigo 8º

Para os objetivos de segurança, ordem e saúde pública, as Partes Contratantes podem suspender a aplicação do presente Acordo na sua totalidade ou parcialmente. Qualquer medida desta natureza, bem como sua revogação, deverá ser informada a outra Parte Contratante no prazo mais curto possível por canais diplomáticos.

Artigo 9º

Os cidadãos das Partes Contratantes, no caso de perderem seu passaporte no território do Estado da outra Parte Contratante, deverão abandonar o Estado-receptor acompanhados de correspondente documento de viagem a ser emitido pela missão diplomática ou consular de seu respectivo país.

Artigo 10º

1. As duas Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, exemplares dos seus passaportes comuns válidos, no mais tardar 30 (trinta) dias após a data de assinatura do presente Acordo.

2. Em caso de introdução de novos passaportes comuns ou de alteração dos existentes, as Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares desses passaportes novos ou alterados, acompanhados de informações pormenorizadas sobre as respectivas especificações e aplicabilidade, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias à sua data de introdução.

Artigo 11º

Eventuais disputas relacionadas com interpretação e implementação do presente Acordo serão solucionadas por via de consultas e negociações entre as Partes Contratantes.

Artigo 12º

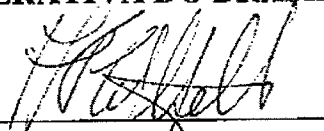
1. O presente Acordo terá vigência indeterminada, entrando em vigor 90 (noventa) dias após o recebimento da última notificação por escrito, por canais diplomáticos, do cumprimento pelas Partes Contratantes dos procedimentos legais internos necessários para entrada em vigor.

2. O presente Acordo poderá ser emendado ou acrescentado, por acordo escrito, entre as Partes Contratantes, em forma de protocolos separados, que constituirão parte integral do presente Acordo. As mencionadas emendas e acréscimos entrarão em vigor de acordo com o procedimento estabelecido no parágrafo 1 deste Artigo.

3. Cada Parte Contratante poderá suspender o presente Acordo, notificando por escrito a outra Parte Contratante por via diplomática. O presente Acordo cessará 90 dias após o recebimento da notificação.

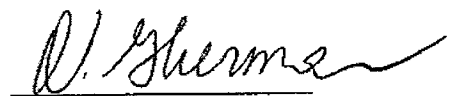
Feito em Chisinau, em 9 de dezembro de 2013, em dois exemplares originais nos idiomas português, moldavo e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de divergências na interpretação ou aplicação do presente Acordo, o texto em inglês servirá de referência.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**



Antonio Fernando Cruz de Mello
Embaixador

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
MOLDOVA**



Natalia Gherman
Ministra dos Negócios
Estrangeiros e Integração
Europeia da Moldavia

**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF
MOLDOVA ON THE SHORT-STAY VISA WAIVER FOR HOLDERS OF
ORDINARY PASSPORTS**

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Moldova,

hereinafter referred to as "Contracting Parties",

desiring to safeguard the principle of reciprocity and to facilitate travel by ensuring visa free entry and short stay for the citizens of the states of both Contracting Parties,

with a view to further developing friendly relations and continuing to strengthen close ties between the Contracting Parties,

have agreed as follows:

Article 1

Citizens of the state of either Contracting Party, holders of a valid ordinary passport may enter, exit, transit through and stay in the territory of the state of the other Contracting Party, for tourism, transit or business purposes.

Article 2

For the purpose of this Agreement:

1. Tourism shall mean a recreational or visiting travel, with no immigration aim or the intention to exercise remunerated activities.
2. Transit shall mean the necessity of a citizen of the state of one Contracting Party to transit through the territory of the state of the other Contracting Party while traveling to another destination.
3. Business shall mean a visit by citizens of the state of one Contracting Party, not employed nor receiving any kind of remuneration in the territory of the state of the other Contracting Party, for prospection of commercial opportunities, attending meetings and signing contracts, and financial, management and administrative activities.

Article 3

Citizens mentioned in Article 1 of this Agreement may sojourn in the territory of the state of the other Contracting Party, without a visa, for a period not exceeding 90 (ninety) days, during 6 (six) months period following the date of the first entry into the territory of the country.

Article 4

Citizens of the states of both Contracting Parties must obtain the appropriate visa according to the legislation of the state of each Contracting Party if they wish to stay in the territory of the state of the other Contracting Party for a period of more than 90 (ninety) days or to carry out remunerated activities or be employed, engage in research, traineeships, studies and social work, as well as undertake technical assistance, missionary, religious or artistic activities, or exercise any activity other than those explicitly mentioned in Article 2 of this Agreement.

Article 5

Citizens mentioned in Article 1 of this Agreement may enter, transit through and leave the territory of the state of the other Contracting Party through all border-crossing points open to international traffic.

Article 6

The visa waiver provided by this Agreement does not exempt the citizens of the states of both Contracting Parties to comply with the laws and regulations in force in the territory of the state of the other Contracting Party during their stay.

Article 7

This Agreement does not curtail the right of either Contracting Party to deny entry or to shorten the stay of citizens of the state of the other Contracting Party considered undesirable.

Article 8

For reasons of security, public order or public health, either Contracting Party may suspend the application of this Agreement in whole or in part. Any such measure, as well as its revocation, shall be notified to the other Contracting Party, at the earliest possible time, through diplomatic channels.

Article 9

Citizens of the states of both Contracting Parties, when losing their passports in the territory of the state of the other Contracting Party, shall leave the receiving State with an appropriate travel document, emitted by their country's Diplomatic mission or Consular office.

Article 10

1. Both Contracting Parties shall exchange, through diplomatic channels, specimens of their valid ordinary passports no later than 30 (thirty) days after the date of signature of this Agreement.

2. In case of introduction of new ordinary passports or modification of the existing ones, the Contracting Parties shall convey to each other, through diplomatic channels, specimens of these new or modified passports, accompanied by detailed information on their specifications and applicability, not later than 30 (thirty) days prior to its application.

Article 11

Disputes related to interpretation and implementation of this Agreement shall be settled through consultations and negotiations between the Contracting Parties.

Article 12

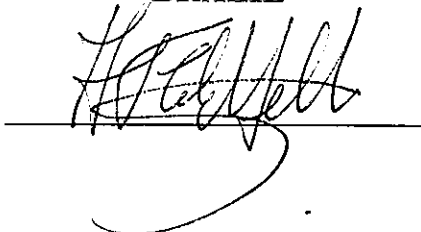
1. This Agreement is concluded for an indefinite period of time and will enter into force after 90 (ninety) days from receipt of the last written notification through diplomatic channels, on the fulfillment by the Contracting Parties of internal legal procedures necessary for the entry into force.

2. In Agreement may be introduced, in writing form, amendments and additions with consent of the Parties, executed by separate protocols, which will be an integral part of this Agreement. Amendments and additions mentioned enter into force in accordance with rules established by paragraph 1 of this Article.

3. Either party may terminate the Agreement given written notice to the other Contracting Party through diplomatic channels. Agreement will terminated after 90 (ninety) days from receipt of notification.

Done at Chisinau, on the 9th of December 2013, in two original copies in Portuguese, Moldovan and English languages, all texts being equally authentic. In case of disputes concerning the interpretation or application of this Agreement, the English text will serve as a reference.

**FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL**

A stylized, handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is complex and cursive, with a large, sweeping flourish at the bottom.

**FOR THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF MOLDOVA**

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read 'D. Gherman'.

ACORD ÎNTRE GUVERNUL REPUBLICII FEDERATIVE BRAZILIA ȘI GUVERNUL REPUBLICII MOLDOVA PRIVIND ABOLIREA VIZELOR DE SCURTĂ ȘEDERE PENTRU TITULARII PAȘAPOARTELOR ORDINARE

Guvernul Republicii Federative Brazilia și Guvernul Republicii Moldova,

denumite în continuare „Părți Contractante”,

dorind să garanteze principiul reciprocității și să faciliteze călătoriile, prin asigurarea intrării și șederii fără viză de scurtă durată pentru cetățenii statelor ambelor Părți Contractante,

în vederea dezvoltării în continuare a relațiilor de prietenie și continuând să consolideze relațiile apropiate dintre Părțile Contractante,

au convenit după cum urmează:

Articolul 1

Cetățenii statului uneia dintre Părțile Contractante, titulari ai pașaportului ordinar valabil, pot intra, ieși, tranzita și sta pe teritoriul statului celeilalte Părți Contractante, în scopuri turistice, de tranzit sau de afaceri.

Articolul 2

În sensul prezentului acord:

1. Turismul reprezintă o călătorie de odihnă sau de vizită, fără scop de imigrare sau intenție de a exercita activități remunerate.
2. Tranzitul reprezintă necesitatea unui cetățean al statului unei dintre Părțile Contractante de a tranzita teritoriul statului celeilalte Părți Contractante în vederea călătoriei către o altă destinație.
3. Scop de afaceri reprezintă vizita cetățenilor statului unei Părți Contractante, care nu sunt angajați și nici nu sunt remunerați pe teritoriul statului celeilalte Părți Contractante, pentru examinarea oportunităților comerciale, participarea la întruniri și semnarea contractelor, activități financiare, de management și administrative.

Articolul 3

Cetățenii menționați la Articolul 1 din prezentul Acord pot sta pe teritoriul statului celeilalte Părți Contractante, fără viză, pentru o perioadă care nu depășește 90 (nouăzeci) de zile, timp de 6 (șase) luni de la data primei intrări pe teritoriul țării.

Articolul 4

Cetățenii statelor ambelor Părți Contractante trebuie să obțină viză corespunzătoare în conformitate cu legislația statului fiecărei părți contractante în cazul în care doresc să rămână pe teritoriul statului celeilalte părți contractante, pentru o perioadă mai mare de 90 (nouăzeci) zile sau să desfășoare activități remunerate, să se angajeze, să efectueze cercetări, stagii, studii și activități sociale, precum și să acorde asistență tehnică, activități misionare, religioase sau artistice sau să exercite orice altă activitate decât cele menționate în mod explicit la Articolul 2 din prezentul Acord.

Articolul 5

Cetățenii menționați la Articolul 1 din prezentul Acord pot intra, tranzita și părăsi teritoriul statului celeilalte Părți Contractante, prin toate punctele de trecere a frontierelor deschise traficului internațional.

Articolul 6

Scutirea de viză prevăzută în prezentul Acord nu exonerează cetățenii din statele ambelor Părți Contractante de obligația respectării legilor și reglementărilor în vigoare, pe teritoriul statului celeilalte Părți Contractante în timpul șederii lor.

Articolul 7

Prezentul Acord nu reduce dreptul uneia dintre Părțile Contractante de a refuza intrarea sau de a reduce șederea cetățenilor statului celeilalte Părți Contractante considerați indezirabili.

Articolul 8

Din motive de securitate, ordine publică sau sănătate publică, fiecare parte contractantă poate suspenda aplicarea prezentului Acord, în totalitate sau în parte. Orice astfel de măsură, precum și revocarea acestuia, urmează a fi notificată celeilalte Părți Contractante, cât mai devreme posibil, prin canale diplomatice.

Articolul 9

Cetățenii din statele ambelor Părți Contractante, în cazul pierderii pașapoartelor pe teritoriul statului celeilalte Părți Contractante, urmează să părăsească statul primitor, cu un document de călătorie corespunzător, emis de către misiunea diplomatică sau oficiul consular al țării sale.

Articolul 10

1. Ambele Părți Contractante vor face schimb, prin canale diplomatice, de specimene ale pașapoartelor ordinare valabile, nu mai târziu de 30 (treizeci) de zile de la data semnării prezentului Acord.

2. În cazul introducerii de noi pașapoarte obișnuite sau modificarea celor existente, Părțile Contractante urmează să transmită reciproc, prin canale diplomatice, speci­menele pașapoartelor noi sau modificate, însoțite de informații detaliate cu privire la specificațiile și aplicabilitatea acestora, nu mai târziu de 30 (treizeci) de zile înainte de introducerea în uz a acestora.

Articolul 11

Diferențele referitoare la interpretarea și implementarea prezentului acord se vor soluționa prin consultări și negocieri între Părțile Contractante.

Articolul 12

1. Prezentul Acord se încheie pentru o perioadă nedeterminată de timp și va intra în vigoare după 90 (nouăzeci) de zile de la data recepționării ultimei notificări în scris prin canale diplomatice, privind îndeplinirea de către Părțile Contractante a procedurilor legale interne necesare pentru intrarea în vigoare a acestuia.

2. În Acord pot fi introduse, în formă scrisă, modificări și completări cu consimțământul Părților, perfectate prin protocoale separate, ce vor constitui parte integrantă a prezentului Acord. Modificările și completările menționate intră în vigoare în conformitate cu regulile stabilite în alineatul 1 al prezentului Articol.

3. Oricare dintre Părți poate denunța Acordul dat, notificând în scris cealaltă Parte Contractantă prin canale diplomatice. Acordul își va înceta acțiunea după 90 (nouăzeci) de zile de la data recepționării notificării respective.

Întocmit la Chișinău, la 9 decembrie 2013, în două exemplare originale, fiecare în limba portugheză, moldovenească și engleză, toate textele fiind egal autentice. În cazul apariției divergențelor privind interpretarea și aplicarea prevederilor prezentului Acord, textul în limba engleză va servi drept referință.

**PENTRU GUVERNUL
REPUBLICII FEDERATIVE BRAZILIA**



**PENTRU GUVERNUL
REPUBLICII MOLDOVA**